



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
COORDENADORIA

Av. Princesa Isabel, 201 - Centro - CEP 58.013-250 - João Pessoa - PB Tel. (83) 3512-1290 - cre@tre-pb.gov.br
Ofício Circular CRE nº. 06/2010 João Pessoa, 07 de junho de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro Cezar Peluso
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Anexo I - Supremo Tribunal Federal
Praça dos Três Poderes, s/n
Brasília - DF

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
18/06/2010 16:09 28036



Assunto: Recomendações provenientes do 1º Workshop sobre as Metas desse Conselho para a Justiça Eleitoral


Senhor Presidente,

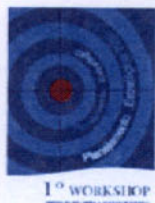
Este Regional realizou, no último dia 28 de maio, o 1º Workshop sobre as Metas desse Conselho para a Justiça Eleitoral com a presença de um grande número de juízes eleitorais do Estado, divididos em três oficinas (A, B e C), sendo a primeira pertinente às Metas 1 e 2, a segunda sobre as Metas 3 e 5 e a terceira sobre as Metas 7 e 10 desse Conselho para o ano de 2010.

Ao final do encontro, foram lançadas recomendações para cada uma das Metas analisadas, as quais já estão sendo avaliadas sob o aspecto da viabilidade e do tempo necessário à sua implementação, a fim de emprestar relevo ao trabalho realizado e atingirmos o objetivo que nos propusemos: melhorar cada vez mais a prestação jurisdicional, aliando a celeridade e a eficiência nesse processo.

Enviamos, em anexo, para o conhecimento de Vossa Excelência a Ata Geral do encontro em disceptação, na qual se encontram detalhadas todas as recomendações com as decisões respectivas.

Respeitosamente,


Juiz Carlos Neves da Franca Neto
Corregedor Regional Eleitoral



1º Workshop Metas do CNJ para a Justiça Eleitoral

ATA GERAL DO WORKSHOP SOBRE AS METAS DO CNJ

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, sob a Presidência do Exmo. Juiz-Corregedor Regional Eleitoral da Paraíba, Dr. CARLOS NEVES DA FRANCA NETO e na condição de secretário o servidor do Tribunal Regional Eleitoral, RENATO CÉSAR CARNEIRO, presentes os Excelentíssimos Juízes Eleitorais, ADEILSON NUNES DE MELO, ADRIANA MARANHÃO SILVA, ALESSANDRA VARANDAS P. M. DE OLIVEIRA LIMA, ANA CARMEM PEREIRA JORDÃO VIEIRA, ANANIA NILTON XAVIER DE LIRA, ANDRE RICARDO DE CARVALHO COSTA, ANDRÉIA ALMEIDA DANTAS, ANDRÉIA ARCOVERDE CAVALCANTI, ANNA MARIA DO SOCORRO ILARIO LACERDA FELINTO, DAYSE MARIA PINHEIRO MOTA, EDAILTON MEDEIROS SILVA, FRANCILENE LUCENA MELO, FRANCISCO ANTUNES BATISTA, GIULIANA MADRUGA BATISTA DE SOUSA FURTADO, INÊS CRISTINA SELBMANN, ISABELE DE FREITAS BATISTA ARAÚJO, JOSÉ DJACY SOARES ALVES, JOSÉ JACKSON GUIMARAES, JOSÉ MILTON BARROS DE ARAÚJO, LUCIANA RODRIGUES LIMA, OSENIVAL DOS SANTOS COSTA, RICARDO DA SILVA BRITO, ROSIMEIRE VENTURA LEITE, ROSSINI AMORIM BASTOS, ALBERTO QUARESMA, ANAMARIA CAVALCANTI CIRAULO, ANTONIO LEOBALDO MONTEIRO DE MELO, ANYFRACYS ARAÚJO DA SILVA, ASCIONE ALENCAR LINHARES, BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA, BRÂNCIO BARRETO SUASSUNA, ELZA DA SILVA PEDROSA, GIOVANNI MAGALHÃES PORTO, IANO MIRANDA DOS ANJOS, MÁRIO LÚCIO COSTA ARAÚJO, MAX NUNES DE FRANÇA, WILLIAM DE SOUZA FRAGOSO, SALVADOR DE OLIVEIRA VASCONCELOS, VANESSA ANDRADE DANTAS LIBERALINO DA NÓBREGA, JOSÉ GUTEMBERG GOMES LACERDA, JOSÉ IRLANDO SOBREIRA MACHADO, ROMERO CARNEIRO FEITOSA, RÚSIO LIMA DE MELO, SÉRGIO MOURA MARTINS, MARCOS JATOBÁ, FRANCISCO FRANCINALDO, ISABELLA JOSEANNE ASSUNÇÃO DE L. SOUZA, ALGACYR RODRIGUES NEGROMONTE, JOÃO RICARDO COELHO,

ce

ce



1º Workshop Metas do CNJ para a Justiça Eleitoral

ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA, NILIANE MEIRA LIMA, MARCOS JATOBÁ FILHO, JULIANA DUARTE MAROJA, GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES e os Excelentíssimos Juízes-Facilitadores, Dr. PERILO RODRIGUES DE LUCENA, Dr. RAMONILSON ALVES GOMES, Dr. ANTONIO GONÇALVES RIBEIRO JÚNIOR. Às 14:30 horas foram abertos os trabalhos pelo Exmo. Juiz-Facilitador, **Dr. PERILO RODRIGUES DE LUCENA** que passou a apresentar as sugestões e recomendações dos Juízes para as METAS 1 e 2, que foram as seguintes: **SUGESTÃO 1 – COMPETÊNCIAS.** **RECOMENDAÇÃO:** o TRE deve redistribuir as competências territorial e material dos Juízes Eleitorais, para fins de melhor distribuição do serviço eleitorais. **DECISÃO** - Aprovada, a unanimidade. **SUGESTÃO 2 - ESTRUTURA FÍSICA.** **RECOMENDAÇÃO:** Necessidade do TRE estruturar melhor os cartórios. **DECISÃO:** Aprovada, por maioria. **ANOTAÇÃO:** não houve consenso porque a minoria entendeu que essa recomendação não é prioridade para o cumprimento das METAS 1 e 2, apesar da sua relevância para atingir metas futuras. **SUGESTÃO 3 - PESSOAL DE CARTÓRIO.** **RECOMENDAÇÃO:** a necessidade da adoção de uma política de pessoal que promova a motivação, melhoria na qualificação e remuneração e uma melhor e adequada distribuição do contingente. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **SUGESTÃO 4 – PROCESSOS.** **RECOMENDAÇÃO 1:** ações por parte da Corregedoria Regional Eleitoral no sentido de unificar os dados estatísticos acerca dos processos que tramitam na primeira instância, possibilitando aos magistrados eleitorais um acompanhamento *pari passu* dos seus andamentos, permitindo a adoção de estratégias para cumprimento das metas. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 2:** adoção de rotinas uniformes em todos os cartórios e Juízes Eleitorais, inclusive com a adoção de um banco de sentenças. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 3:** Trabalhar junto aos CORREIOS(ECT) no sentido de agilizar as intimações da Justiça Eleitoral. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 4:** a partir do segundo semestre, diante de eventuais dificuldades no cumprimento das metas, o TRE deve adotar a realização de mutirões eleitorais. **DECISÃO:** Aprovada,



1º Workshop Metas do CNJ para a Justiça Eleitoral

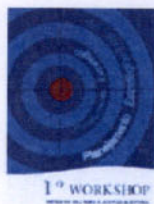
unânime. **RECOMENDAÇÃO 5:** uniformização, pelos Juízes Eleitorais, um maior rigor no indeferimento de diligências consideradas inúteis nas ações eleitorais, em sua maioria, manifestamente protelatórias. **DECISÃO** Aprovada, a unanimidade. **RECOMENDAÇÃO 6:** ampliação do contingente de oficiais de justiça para cumprimento dos mandados da Justiça Eleitoral bem como melhoramento do desempenho dos atualmente existentes. **DECISÃO:** Aprovada, a unanimidade. **RECOMENDAÇÃO 7:** alteração no procedimento de requisição dos servidores de outros órgãos, conferindo maior rapidez. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **SUGESTÃO 5 - ACESSO A INTERNET. RECOMENDAÇÃO:** disponibilidade do acesso na Internet e ampliação da velocidade dos circuitos de dados. **DECISÃO:** Aprovada, unânime; **SUGESTÃO 6 - PROMOTORIAS ELEITORAIS. RECOMENDAÇÃO:** identificação, pela Corregedoria Regional Eleitoral, dos processos que se encontram paralisados aguardando a manifestação dos Promotores Eleitorais. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 2:** Formalização junto a Procuradoria Regional Eleitoral, para adoção de providências. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **SUGESTÃO 7 - POLICIA FEDERAL. RECOMENDAÇÃO 1:** Identificar os Inquéritos Policiais que se encontram em poder da Polícia Federal ou civil. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 2:** atuação do TRE junto ao Departamento de Polícia Federal e Secretaria de Segurança estadual com o fim de se conseguir a priorização em relação aos Inquéritos que tratam de crimes eleitorais. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 3:** maior rigor por parte dos Juízes Eleitorais no sentido de indeferir pedidos de prorrogação de inquéritos policiais eleitorais solicitados pelas autoridades policiais. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **SUGESTÃO 8 - JUIZES ELEITORAIS. RECOMENDAÇÃO 1:** as substituições de Juízes Eleitorais devem ocorrer através da designação de magistrados que não tem função eleitoral, impedindo a cumulação de Zonas por um só magistrado. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 2:** aperfeiçoamento dos magistrados que atuam na área eleitoral sobre temas específicos. **RECOMENDAÇÃO 3:** participação dos magistrados na definição dos temas a serem abordados nas ações



1º Workshop Metas do CNJ para a Justiça Eleitoral

de aperfeiçoamento. **DECISÃO:** Aprovada, a unanimidade. **RECOMENDAÇÃO 3:** Implementação da recomendação 1 para que se resolva as questões das diárias de deslocamento. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 4:** Necessidade dos Juízes Eleitorais contarem com um suporte técnico para elaboração de despachos e sentenças. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **RECOMENDAÇÃO 2:** Modificação na periodicidade do pagamento da gratificação dos Juízes Eleitorais. **DECISÃO:** Aprovada, unânime.

Em seguida, usou da palavra o Juiz-Facilitador **Dr. RAMONILSON ALVES GOMES**, que expôs as sugestões e recomendações para o cumprimento das METAS 3 e 5, que foram as seguintes: **META 5 - SUGESTÃO 1 - DELEGAR ATOS ORDINÁRIOS. RECOMENDAÇÃO:** delegar aos serventuários na forma do art. 93, XIV, da constituição federal e art. 164, parágrafo 4º, do código de processo civil, a prática de atos ordinatórios sem conteúdo decisório, a exemplo da tramitação de inquéritos, suspensão e restabelecimento de direitos políticos, além do cancelamento por morte; tramitação de execuções fiscais como já permite a lei nº 6.830/80; publicar editais da prestação de contas. **SUGESTÃO 2 - TREINAMENTO DE SERVIDORES. RECOMENDAÇÃO:** capacitar todos os servidores para cumprir adequadamente as atribuições delegadas; distribuir material didático tipo manual de rotinas/apostilas específicas para cada classe processual com vistas ao desempenho correto da delegação, motivando-os. **SUGESTÃO 3 - CRIAR MECANISMOS DE CONTROLE 'ON LINE' ESTATÍSTICO DO CUMPRIMENTO DOS ATOS DELEGADOS. RECOMENDAÇÃO:** criar o tribunal regional eleitoral uma rotina no sistema eletrônico de gerenciamento processual que permita ao juiz, mediante consulta de relatório, de modo a que possibilite conferir todos os atos ordinatórios praticados pelo cartório através de delegação. **DECISÃO:** Aprovada, unânime. **SUGESTÃO 4 - GERENCIAMENTO DE ROTINAS. RECOMENDAÇÃO 1:** criação de grupo de apoio à gestão das Zonas Eleitorais. **RECOMENDAÇÃO 2:** acesso aos sistemas estatísticos. **RECOMENDAÇÃO 3** - institucionalizar ou normatizar mecanismos para atuação do extra-judicial que condicione uma resposta judicial,



1º Workshop Metas do CNJ para a Justiça Eleitoral

exemplo da Polícia Federal - criação de uma central de inquéritos.
RECOMENDAÇÃO 4- fomentar uma gestão democrática, com audição dos interlocutores do sistema de justiça, como os Juizes, Ministério Público, servidores e OAB, antes das tomadas de decisões de alcance institucional.

META 3 – REDUÇÃO NO ACERVO DE PROCESSOS. SUGESTÃO 1 - REALIZAR MUTIRÕES PARA DAR ANDAMENTO AOS PROCESSOS PARALISADOS. RECOMENDAÇÃO 1: necessidade de atingir a meta e iminência das eleições. **RECOMENDAÇÃO 2 -** realização de concurso para ampliação do quadro de servidores efetivos. **RECOMENDAÇÃO 3:** incremento de pessoal em zonas carentes. **RECOMENDAÇÃO 4:** melhor distribuição das competências das zonas eleitorais com bases informações estatísticas; **SUGESTÃO 2 – EFETIVIDADE DO COMANDO DAS SENTENÇAS. RECOMENDAÇÃO:** acesso dos juizes ao Bacen-jud e modelo de Condução da Execução Fiscal.

Por fim, o Juiz-Facilitador, Dr. **ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO JÚNIOR**, apresentou as recomendações para o cumprimento das METAS 7 e 10, que foram as seguintes: **META 7 - SUGESTÃO 1 – MANTER UM MANUAL PERMANENTE DAS FERRAMETAS E PROCEDIMENTOS PARA USO DE DO SADP. RECOMENDAÇÃO:** manter ações de treinamento permanente. **SUGESTÃO 2 – CRIAR COMISSÃO PARA UNIFICAR O CONTEÚDO DAS DECISÕES E DOS PROCESSOS PARA DIVULGAÇÃO – DEFINIÇÃO PELO CORREGEDOR. RECOMENDAÇÃO:** comissão composta por Juizes, técnicos da STI e Juiz Membro para: classificação de decisões para efeitos estatísticos e unificação das tabelas de movimento/assunto. **SUGESTÃO 3 – FISCALIZAÇÃO DO JUÍZO ZONAL DO REGISTRO DA MOVIMENTAÇÃO E INSERÇÃO DAS DECISÕES NO SADP3. RECOMENDAÇÃO 1:** emissão mensal do relatório estatístico pelo Chefe do juízo eleitoral e arquivamento na respectiva Zona. **RECOMENDAÇÃO 2:** Disponibilizar os relatórios estatísticos emitidos pelo SADP3. **SUGESTÃO 4 – EDIÇÃO DE PROVIMENTO, PELA CRE, PARA CUMPRIMENTO DO PROCEDIMENTO. RECOMENDAÇÃO 1:** padronização dos



1º Workshop Metas do CNJ para a Justiça Eleitoral

procedimentos cartórios no SADP3; **RECOMENDAÇÃO 2:** Disponibilizar na intranet.

META 10 – SUGESTÃO 1 - UTILIZAÇÃO DO SISTEMA HERMES PARA AS ZONAS ELEITORAIS –RECOMENDAÇÃO: Para as cartas de ordem e precatórias **SUGESTÃO 2 – UTILIZAR O EMAIL INSTITUCIONAL. RECOMENDAÇÃO:** Demais documentos que não demandem remessa por MALOTE. **SUGESTÃO 3 – PREPARAÇÃO DAS AÇÕES DE TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA HERMES.**

Aprovadas as sugestões e recomendações pelos presentes, o Juiz Corregedor Regional Eleitoral agradeceu a presença de todos, enaltecendo a contribuição dada pelos servidores para o sucesso do evento bem como, a participação dos magistrados que demonstraram interesse e compromisso para o cumprimento das metas do CNJ. Nada mais havendo a tratar, mandou o Juiz Corregedor encerrar a presente ata, que vai por ele devidamente assinada e por mim, Renato César Carneiro AD HOC. João pessoa, 28 de maio de 2010.

Sala de Sessões, 28 de maio de 2010.

Carlos Neves da Franca Neto
Dr. CARLOS NEVES DA FRANCA NETO
Corregedor Regional Eleitoral

Renato César Carneiro
RENATO CESAR CARNEIRO
Secretário

1º WORKSHOP DAS METAS DO CNJ PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

ATA GERAL DO WORKSHOP – 28/05/2010

METAS CNJ	SUGESTÃO	RECOMENDAÇÃO	Data Limite	Observação
1 e 2	COMPETÊNCIAS	1. O TRE deve redistribuir as competências territorial e material dos Juízes Eleitorais, para fins de melhor distribuição do serviço.	2010	
1 e 2	ESTRUTURA FÍSICA	2. Necessidade do TRE estruturar melhor os Cartórios Eleitorais	-	Não houve consenso por que a maioria entendeu que essa recomendação não é prioridade para o cumprimento das metas 1 e 2, apesar da sua relevância para atingir metas futuras.
1 e 2	PESSOAL DE CARTÓRIO	1. Necessidade de adotar uma política de pessoal que promova a motivação, melhoria na qualificação e remuneração e uma melhor adequada distribuição do contingente.	2010	
1 e 2	PROCESSOS	1. Ações por parte da Corregedoria Eleitoral, no sentido de unificar os dados estatísticos acerca dos processos que tramitam na primeira instância, possibilitando os magistrados eleitorais um acompanhamento <i>pari passu</i> dos seus andamentos, permitindo a adoção de estratégias para o cumprimento das metas.	2010	

1º WORKSHOP DAS METAS DO CNJ PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

ATA GERAL DO WORKSHOP – 28/05/2010

METAS CNJ	SUGESTÃO	RECOMENDAÇÃO	Data Limite	Observação
1 e 2	PROCESSOS	<p>2. Adoção de rotinas uniformes em todos os cartórios e Juízes Eleitorais, inclusive com a adoção de um banco de sentenças.</p> <p>3. Trabalhar junto aos Correios (ECT), no sentido de agilizar as intimações da Justiça Eleitoral</p> <p>4. A partir do 2º semestre, diante de eventuais dificuldades no cumprimento das metas, o TRE deve adotar mutirões eleitorais.</p> <p>5. Uniformização, pelos Juízes Eleitorais, um maior rigor no indeferimento de diligências consideradas inúteis nas ações eleitorais, em sua maioria, manifestamente protelatórias.</p> <p>6. Ampliação do contingente de Oficiais de Justiça para o cumprimento dos mandados da Justiça Eleitoral, bem como o melhoramento do desempenho dos atualmente existentes.</p> <p>7. Alteração no procedimento de requisição dos servidores de outros órgãos, conferindo maior rapidez.</p>	2010	
1 e 2	ACESSO A INTERNET	<p>1. Disponibilidade do acesso na internet e ampliação da velocidade dos circuitos de dados</p>	2010	

1º WORKSHOP DAS METAS DO CNJ PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

ATA GERAL DO WORKSHOP – 28/05/2010

METAS CNJ	SUGESTÃO	RECOMENDAÇÃO	Data Limite	Observação
1 e 2	PROMOTORIAS ELEITORAIS	<ol style="list-style-type: none">1. Identificação pela Corregedoria Regional Eleitoral, dos processos que se encontram paralisados aguardando a manifestação dos Promotores Eleitorais.2. Formalização junto à Procuradoria Regional Eleitoral para adoção de providências.	2010	
1 e 2	POLÍCIA FEDERAL	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar os inquéritos policiais que se encontram em poder da Polícia Federal ou Civil.2. Atuação do TRE junto ao Departamento de Polícia Federal e Secretaria de Segurança estadual com o fim de se conseguir a priorização em relação aos inquéritos que tratam de crimes eleitorais.3. Maior rigor por parte dos Juízes Eleitorais no sentido de indeferir pedidos de prorrogação de inquéritos eleitorais solicitados pelas autoridades policiais.	2010	
1 e 2	JUÍZES ELEITORAIS	<ol style="list-style-type: none">1. As substituições de Juízes Eleitorais devem ocorrer através da designação de magistrados que não tem função, impedindo a cumulação de Zonas por um só magistrado.	2010	

1º WORKSHOP DAS METAS DO CNJ PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

ATA GERAL DO WORKSHOP – 28/05/2010

METAS	SUGESTÃO	RECOMENDAÇÃO	Data Limite	Observação
CNJ				
1 e 2	JUÍZES ELEITORAIS	2. Participação dos magistrados na definição dos temas a serem abordados nas ações de aperfeiçoamento. 3. Implementação da recomendação 1 para que se resolva as questões das diárias de deslocamento 4. Necessidade dos Juízes Eleitorais contarem com suporte técnico para elaboração de despachos e sentenças. 5. Modificação na periodicidade do pagamento da gratificação dos Juízes Eleitorais.	2010	
3	REALIZAR MUTIRÕES PARA ANDAMENTO AOS PROCESSO PARALISADOS	1. Necessidade de atingir a meta e iminência das eleições. 2. Realização de concurso para ampliação do quadro de servidores efetivos. 3. Incremento de pessoal em Zonas Eleitorais carentes. 4. Melhor distribuição das competências das Zonas Eleitorais com base em informações estatísticas.	2010	Há concurso em andamento, até 2011.

1º WORKSHOP DAS METAS DO CNJ PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

ATA GERAL DO WORKSHOP – 28/05/2010

METAS CNJ	SUGESTÃO	RECOMENDAÇÃO	Data Limite	Observação
3	EFETIVIDADE DO COMANDO DAS SENTEÇAS	1. Acesso dos Juízes Eleitorais ao Bancejud e um modelo de condução de Execução Fiscal.	2010	
5	DELEGAR ATOS ORDINÁRIOS	1.Delegar aos serventuários na forma do art.93,XIV, da CF e art.164, 4º,do CCP, a prática de atos ordinatórios sem conteúdo decisório, a exemplo da tramitação de inquéritos, suspensão e restabelecimento de direitos políticos, além do cancelamento por morte; tramitação de execuções fiscais como já permite a Lei nº 6.830/80; publicar editais da prestação de contas.	2010	
5	TREINAMENTO DE SERVIDORES	1.Capacitar todos os servidores para cumprir adequadamente as atribuições delegadas; distribuir material didático tipo manual de rotinas/apostilas específicas para cada classe processual, com vistas ao desempenho correto da delegação – motivando-os.	2010	
5	CRIAR MECANISMOS DE CONTROLE “ONLINE”	1.Criar no TRE uma rotina no sistema eletrônico de gerenciamento processual que permita ao Juiz, mediante consulta de relatório, de modo que possibilite conferir todos os atos ordinatórios praticados pelo Cartório através de delegação.	2010	

1º WORKSHOP DAS METAS DO CNJ PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

ATA GERAL DO WORKSHOP – 28/05/2010

METAS CNJ	SUGESTÃO	RECOMENDAÇÃO	Data Limite	Observação
5	GERENCIAMENTO DE ROTINAS	<p>1. Criação de grupo de apoio à gestão das Zonas Eleitorais</p> <p>2. Acesso aos sistemas estatísticos.</p> <p>3. Institucionalizar ou normatizar mecanismos para atuação do extra-judicial que condicione uma resposta judicial a exemplo da Polícia Federal-criação de uma central de inquéritos.</p> <p>4. Fomentar uma gestão democrática, com audição dos interlocutores do sistema de justiça, como os Juízes, Ministério Público, servidores e OAB, antes das tomadas de decisões de alcance institucional.</p>	2010	
7	MANTER UM MANUAL PERMANENTE DE PROCEDIMENTOS PARA USO DO SADP	<p>1 Manter ações de treinamento permanente.</p>	2010	
7	CRIAR COMISSÃO PARA UNIFICAR DECISÕES DOS PROCESSOS E DIVULGAÇÃO	<p>1. Comissão designada pelo Corregedor composta por Juízes, técnicos da STI e Juiz Membro para: classificação das decisões para efeitos estatísticos e unificação das tabelas de movimento/assunto.</p>	2010	

1º WORKSHOP DAS METAS DO CNJ PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

ATA GERAL DO WORKSHOP – 28/05/2010

METAS CNJ	SUGESTÃO	RECOMENDAÇÃO	Data Limite	Observação
7	FISCALIZAÇÃO DO JUÍZO ZONAL DA MOVIMENTAÇÃO DAS DECISÕES E INSERÇÕES NO SADP	1. Emissão mensal do relatório estatístico pelo Chefe do Juízo eleitoral e arquivamento na respectiva Zona. 2. Disponibilizar os relatórios estatísticos pelo SADP	2010	
7	EDIÇÃO DE PROVIMENTO, PELA CORREGEDORIA ELEITORAL	1. Padronização dos procedimentos cartorários no SADP3.	2010	
10	UTILIZAÇÃO DO SISTEMA HERMES	1. Para cartas de ordem e precatórias.	2010	
10	PREPARAR AÇÕES PARA TREINAMENTO	1. Treinamento sistema HERMES.	2010	
10	UTILIZAR EMAIL INSTITUCIONAL	1. Documentos que não demandem remessa por MALOTE.	2010	